



# Diário OFICIAL Assembleia

## Poder Legislativo Estadual

Edição nº 1.171 | 18ª Legislatura | Publicação nº 166 | 10 páginas  
Curitiba, Segunda-Feira, 10 de Outubro de 2016

### Mesa Executiva

	<b>DEPUTADO ADEMAR LUIZ TRAIANO</b> Presidente	
<b>DEPUTADO JONAS GUIMARÃES</b> 1º Vice-Presidente	<b>DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES</b> 1º Secretário	<b>DEPUTADO ADELINO RIBEIRO</b> 3º Secretário
<b>DEPUTADO ANDRÉ BUENO</b> 2º Vice-Presidente	<b>DEPUTADO ADEMIR BIER</b> 2º Secretário	<b>DEPUTADO JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO</b> 4º Secretário
<b>DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO</b> 3º Vice-Presidente		<b>DEPUTADO NEY LEPREVOST</b> 5º Secretário

### Lideranças

Líder do Governo .....	Deputado Luiz Cláudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Deputado Requião Filho
PMDB .....	Deputado Nereu Moura
PSD .....	Deputado Hussein Bakri
DEM .....	Deputado Elio Lino Rusch
PT .....	Deputado Professor Lemos
PDT .....	Deputado Nelson Luersen
PSB .....	Deputado Tiago Amaral
PSDB .....	Deputado Francisco Buhner
PSC .....	Deputado Leonaldo Paranhos
Bloco - PRB,PPL,PSL .....	Deputado Edson Praczyk
Bloco - SD,PP,PMN .....	Deputado Felipe Francischini
Bloco - PPS,PTB,PV .....	Deputado Tião Medeiros

### Representação Partidária

**PSC** - Claudia Pereira, Gilson de Souza, Claudio Palozzi, Paranhos, Evandro Araújo, Reichembach. **PMDB** - Ademir Bier, Anibelli Neto, Nereu Moura, Requião Filho. **PSDB** - Ademar Traiano, André Bueno, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Evandro Junior, Francisco Buhner, Mauro Moraes, Paulo Litro. **DEM** - Elio Lino Rusch, Nelson Justus, Pedro Lupion, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Arruda. **PDT** - Fernando Scanavaca, Márcio Pauliki, Nelson Luersen. **PT** - Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri. **PSD** - Alexandre Guimarães, Chico Brasileiro, Cobra Repórter, Guto Silva, Hussein Bakri, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Ney Leprevost. **PSB** - Alexandre Curi, Jonas Guimarães, Luiz Cláudio Romanelli, Stephanes Júnior, Tiago Amaral. **PPS** - Cristina Silvestri, Tercílio Turini. **PP** - Maria Victória, Schiavinato. **PV** - Rasca Rodrigues. **PRB** - Gilberto Ribeiro - Pastor Edson Praczyk. **PSL** - Adelino Ribeiro. **PMN** - Dr. Batista. **PTB** - Tião Medeiros. **SD** - Felipe Francischini. **PPL** - Márcio Pacheco.

### Deputados Licenciados

**PSD** - Ratinho Júnior. **PPS** - Douglas Fabrício. **PSB** - Artagão Junior.

[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)



# PODER LEGISLATIVO ESTADUAL

## Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Diretor - Geral .....	Roberto Costa Curta
Procurador - Geral .....	Flavio Luis Coutinho Slivinski
Secretário - Geral da Presidência .....	Luiz Fernando Feltran
Diretor Legislativo .....	Dylliardi Alessi
Diretora Administrativa .....	Marinês Picinin Raimundi
Diretor de Pessoal .....	Bruno Perozin Garofani
Diretor de Apoio Técnico .....	Cléber Cavalli
Diretor de Assistência ao Plenário .....	Juarez Lorena Villela Filho
Diretor Financeiro .....	João Ney Marçal Junior
Diretora de Comunicação .....	Kátia Chagas
Controladora Geral .....	Flávia Malucelli Baltazar
Ouvidor Geral .....	Caíto Quintana

**Praça Nossa Senhora de Salete, s/n - Curitiba - PR - CEP 80.530-911**  
**Telefone 41 3350.4000**

## Sumário

Sessões Plenárias .....	03
Processo Legislativo .....	10
Editais e Contratos .....	10

## Sessões Plenárias

### Sessão Ordinária

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Palácio XIX de Dezembro

Diretoria Legislativa

Sessão Ordinária do dia 5 de outubro de 2016 - Ata n.º 92

Aos cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Anibal Khury, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a **presença** dos seguintes Parlamentares: Adeline Ribeiro (PSL), Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), Alexandre Curi (PSB), Alexandre Guimarães (PSD), Anibelli Neto (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Cantora Mara Lima (PSDB), Chico Brasileiro (PSD), Claudia Pereira (PSC), Claudio Palozzi (PSC), Cobra Repórter (PSD), Dr. Batista (PMN), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Felipe Francischini (SD), Fernando Scanavaca (PDT), Gilberto Ribeiro (PRB), Gilson de Souza (PSC), Guto Silva (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jonas Guimarães (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSB), Marcio Nunes (PSD), Márcio Pacheco (PPL), Marcio Pauliki (PDT), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (PSDB), Missionário Ricardo Arruda (DEM), Nelson Justus (DEM), Nelson Luersen (PDT), Nereu Moura (PMDB), Pastor Edson Praczyk (PRB), Paulo Litro (PSDB), Pedro Lupion (DEM), Pérciles de Mello (PT), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Requião Filho (PMDB), Schiavinato (PP), Stephanes Junior (PSB), Tadeu Veneri (PT), Terclio Turini (PPS), Tiago Amaral (PSB) e Tião Medeiros (PTB) (46 Parlamentares). O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Srs. Deputados **Claudio Palozzi** (na função de 1.º Secretário) e **Adeline Ribeiro** (na função de 2.º Secretário), "sob a proteção de DEUS", iniciou os trabalhos da 92.ª Sessão Ordinária da 2.ª Sessão Legislativa da 18.ª Legislatura. O Sr. 2.º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.º 91, de 4/10/2016), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Srs. Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Sr. 1.º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

**EXPEDIENTE:** (Documentos originais sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

**Ofícios:** (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo n.º 5.319/2016**, Ofício n.º 3.230/2016, do Chefe da Casa Civil, em atendimento ao disposto na Lei Estadual n.º 8.358, de 5/9/1986, encaminhando à Assembleia Legislativa cópia da Carta RE-C/403/2016/DGE, contendo informações referentes às licitações promovidas em agosto/2016 no âmbito da Companhia Paranaense de Energia - Copel; **Protocolo n.º 5.320/2016**, Ofício n.º 3.225/2016, do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária ao Ofício n.º 4.543/2016, referente a Requerimento do Deputado Professor Lemos; **Protocolo n.º 5.321/2016**, Ofício n.º 3.231/2016, do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária ao Ofício n.º 4.415/2016, referente a Requerimento do Deputado Claudio Palozzi; **Protocolo n.º 5.322/2016**, Ofício n.º 3.235/2016, do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária ao Ofício n.º 4.679/2016, referente a Requerimento do Deputado Claudio Palozzi; **Protocolo n.º 5.323/2016**, Ofício n.º 3.234/2016, do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária ao Ofício n.º 4.681/2016, referente a Requerimento do Deputado Claudio Palozzi; **Protocolo n.º 5.324/2016**, Ofício n.º 3.218/2016, do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento ao Ofício n.º 4.648/2016, referente a Requerimento do Deputado Evandro Araújo.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Finda a leitura do Expediente. Em cumprimento à Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 9.º, § 4.º, declaro aberta a

**Audiência Pública de Prestação de Contas do segundo quadrimestre de 2016 da Secretaria de Estado da Fazenda.**

Solicito à nossa Mestre de Cerimônias que faça o registro dos nossos convidados, funcionários e diretores da Secretaria da Fazenda presentes nesta Audiência Pública. Som na tribuna, por favor.

**MESTRE DE CERIMÔNIAS:** Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todos. Anunciamos e agradecemos a presença do Sr. Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário de Estado da Fazenda, e de sua equipe técnica: Sr. George Tormin, Diretor Geral; Sr. Celso Tadeu, Chefe de Gabinete; Sr. Gilberto Calixto, Diretor da Coordenação da Receita do Estado; acompanhado do Sr. Assessor de Gabinete Sr. Mauro Ferreira Dal Bianco; Sra. Suzane Gambetta Dobjenski, Chefe da Inspeção

Geral de Arrecadação; Sr. Euwaldo Luiz Baldez, Assessor do Gabinete; Sr. Edmilson José Pego, Coordenador da Coordenação Administrativa e Financeira do Estado; Sr. David Almeida Santos, Assessor da Coordenação Administrativa e Financeira do Estado; Sr. João Giona, Coordenador da Coordenação de Orçamento e Programação (COP); Sr. Paulo Ernesto Conradt, Assessor da Divisão de Assuntos Municipais; Sr. Maurílio Guerreiro Campos, Contador Geral da Sefaz; Sr. José Marcos Grabicoski, Auditor Fiscal do Escritório de Gerenciamento de Projetos da Coordenação da Receita do Estado - EGP/CRE; Sra. Marli Iacomin, assessora de imprensa; Sr. Júlio Cezar Souza, fotógrafo; Sr. Ademir Furlanetto, Conselho de Contribuintes; Sr. Carlos Meireles, Controle Interno da Sefaz; Sra. Marlene de Souza Strada, Chefe da Divisão de Controle da Receita e da Dívida Pública - Direx; e Sra. Raquel Karina Loch, Técnica da Divisão de Controle da Receita e da Dívida Pública - Direx. São estes os nossos convidados, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Neste momento, tenho a honra de passar a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, por 30 minutos iniciais, prorrogáveis por mais 15, só podendo ser apartado durante a prorrogação dos 15 minutos. Ainda solicito aos Srs. Deputados que queiram fazer questionamentos ao Secretário que façam a sua inscrição aqui na Mesa, que após a explanação iremos seguir a ordem de inscrição.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Primeiro queria cumprimentar ao Presidente Traiano, a todos os Parlamentares aqui presentes, aos funcionários, dirigentes da Secretaria da Fazenda, aos senhores e senhoras, aos senhores jornalistas também. Dizer da enorme satisfação de novamente estar aqui na Assembleia Legislativa para apresentar os resultados fiscais do Estado do segundo quadrimestre de 2016, e ao mesmo tempo, agradecer aos Parlamentares pelo apoio que têm dado às medidas de ajuste fiscal que foram apresentadas e aprovadas aqui por esta Casa, e aperfeiçoadas no sentido de que pudéssemos, hoje, ser um Estado totalmente diferenciado em relação ao que está ocorrendo hoje no Brasil. Temos 20 Unidades da Federação que estão atrasando o pagamento de pessoal e encargos sociais, e nós, aqui, por conta das medidas que foram adotadas desde dezembro de 2014 e que continuam sendo adotadas pelo Governo do Estado, em parceria com a Assembleia Legislativa, tem propiciado que o Estado mantenha o equilíbrio nas suas contas no exercício de 2015 e no exercício de 2016. Apresentamos também a esta Casa uma proposta orçamentária para 2017, que propiciará também a manutenção desse equilíbrio para o exercício de 2017, apesar da crise que hoje passamos todos nós, não só as outras Unidades da Federação, mas também aqui no Estado do Paraná. Não somos uma ilha; somos, logicamente, influenciados em relação à atividade econômica do Brasil, que infelizmente não está da forma como gostaríamos que estivesse, e isso tem impacto significativo tanto na atividade econômica do Estado quanto na arrecadação de tributos estaduais. Por isso, as medidas que estão sendo adotadas pelo Estado, com o apoio desta Casa, têm propiciado que possamos manter em dia o pagamento dos nossos fornecedores de bens e serviços e o pagamento de pessoal e encargos sociais; e mais do que isso, propiciado que o Estado, ainda em 2016, em janeiro de 2016 pudesse ser a única Unidade da Federação, ou seja, o único Estado que deu a recomposição de 100% da inflação de 2015 em 1.º de janeiro de 2016, concedendo 10,67% de reajuste salarial a todos os seus servidores. Então, não poderia perder a oportunidade de, neste momento, agradecer o apoio que esta Casa tem dado às medidas de ajuste fiscal encaminhadas e aprovadas aqui por esta Casa. Muito obrigado a todos os senhores. Aqui vou apresentar os resultados. Essas medidas propiciaram o quê? Estes resultados que vou aqui apresentar aos senhores. Primeiro, em relação ao comportamento da receita. Ao longo desses oito meses tivemos, de 2016 em relação a 2015, a nossa receita crescendo a 11,03, nominal, ou um crescimento real de 1,63, já descontada a inflação. Então, neste momento por que passa o País, ter um crescimento de receita na ordem de 11,03, nominal, ou 1,63 real, é algo realmente extremamente diferenciado em relação ao que ocorre hoje no nosso Brasil. As receitas correntes crescem a 11,16 ou 1,73 real e a receita de capital temos aqui um crescimento de 2,76 nominal. Então, as receitas alcançaram em 2016 um volume de recursos da ordem de R\$ 28 bilhões em oito meses. As receitas correntes estão desmembradas desta forma: a receita tributária tivemos um crescimento de aproximadamente 1% real ou 10 nominal; as receitas patrimoniais tivemos um crescimento significativo, em torno de quase 40% real em relação a 2015; a receita agropecuária teve um pequeno decréscimo, por conta da diminuição da comercialização de madeira por uma entidade do Estado; a receita industrial tivemos um pequeno acréscimo; a receita de serviços também um pequeno acréscimo. Ou seja, crescemos aqui 1,73 real ou 11,16 nominal. A composição das receitas correntes, vocês podem observar que o Estado vive basicamente de suas receitas próprias; diferente de muitas outras Unidades da Federação, que sobrevivem basicamente de receitas provenientes de transferências do Governo Federal; no caso aqui, do Estado do Paraná, 90%, aproximadamente, das suas receitas, advêm de tributos estaduais; a receita tributária, como vocês podem observar, alcança quase 70% da receita corrente; a receita patrimonial, 2,5, aproximadamente. Então, só temos aqui, de transferências de terceiros, 11%, ou seja, quase 90% ou 89%, para ser mais preciso, são de receitas geradas aqui no Estado, e apenas 11% das receitas são de transferências da União, e logicamente grande parte dessas transferências é de tributos arrecadados aqui, dos paranaenses, que se arrecada aqui algo em torno de R\$ 40 bilhões por ano, e voltam aproximadamente 15 ou R\$ 17 milhões. Então, transferimos muito mais do que recebemos de retorno em relação às transferências que fazemos ao Governo Federal. Vocês podem observar aqui, conforme falei da receita corrente, quase 89% são de recursos próprios, e de transferências de terceiros apenas 11%. No caso de receita tributária este é o comportamento dos nossos tributos. O ICMS em 2016, nos oito meses, alcançou quase R\$ 15 bilhões, contra 13,5, aproximadamente,

em 2015; tivemos aqui um crescimento nominal de quase 10% e um crescimento real de 0,17. Logicamente o nosso IPVA aqui está sofrendo muito por conta da atividade econômica; a queda da atividade econômica tem levado também a uma queda na receita do ICMS; a redução das tarifas de energia teve um impacto significativo também em relação ao ICMS. Este ano vamos perder algo em torno de R\$ 640 milhões, aproximadamente, por conta da redução da tarifa de energia elétrica, da migração também do mercado, dos grandes consumidores do mercado livre, o mercado cativo para o mercado livre, assim como a redução da bandeira tarifária também de vermelha para verde. Esses impactos todos levarão a uma redução do ICMS real deste ano em relação ao exercício de 2015. O IPVA, ainda estamos com o crescimento de 10% nominal, 2% real; ITCMD, tivemos uma queda, por conta dos recolhimentos extraordinários que ocorreram em 2015 por conta do projeto que enviamos aqui à Assembleia, de estabelecimento de alíquotas progressivas do imposto; houve uma corrida para o recolhimento de imposto na sistemática anterior, e logicamente ampliou esta base de 2015. Imposto de Renda retido na fonte, também estamos com um crescimento significativo de oito, real, e as taxas também um pequeno crescimento real de 0,6. No que se refere à receita tributária vocês podem observar que o ICMS, quase 77% da receita tributária advém do ICMS. O ICMS é um imposto extremamente importante aqui no Estado, 8,35 do Imposto de Renda retido na fonte e 13,5% do IPVA. No que se refere às transferências, das transferências federais, comparado com a arrecadação no Estado, conforme falei anteriormente, vocês podem observar aqui que o Paraná, em relação à arrecadação, fechada em 12 meses, algo em torno de R\$ 40 bilhões. Quer dizer, o paranaense recolhe ao Governo Federal algo em torno de R\$ 40 bilhões por ano; retorna, por intermédio de transferência ao Estado, algo em torno de R\$ 15 bilhões por ano. Ou seja, 37% do que é arrecadado aqui no Estado retorna; o restante, 63%, fica no Governo Federal, que é redistribuído para outras Unidades da Federação. Então, o Estado do Paraná é um grande doador de recursos gerados aqui para outras Unidades da Federação. No que se refere ao Fundeb, Fundeb também, as receitas do Estado, são as receitas do Estado, que 20% da receita do ICMS, do IPVA, são destinados ao Fundeb. Transferimos ao Fundeb, nesses oito meses, R\$ 3,300 bilhões, e sacamos R\$ 2,700 bilhões. Ou seja, tivemos um déficit de R\$ 572 milhões, que ampliou... Não, semelhante, desculpem, em relação ao que ocorreu em 2015. Então, transferimos muito mais do Fundeb do que sacamos do Fundeb. Não sacamos isso, mas os outros Municípios do Estado do Paraná são beneficiados por esses R\$ 572 milhões. No que se refere ao comparativo entre a receita corrente prevista no orçamento e a arrecadada, temos aqui uma receita corrente prevista no ano de R\$ 41 bilhões, contra uma receita realizada de 26,6, ou seja, já arrecadamos, nesses oito meses, 67,45%, o que está, logicamente, alinhado em relação ao orçamento previsto para o exercício. No que se refere às receitas de capital, aqui temos algumas frustrações de receita em relação ao que tinha sido inicialmente previsto. Temos nas operações de crédito um pequeno decréscimo em relação ao exercício de 2015, que esperamos que até o final do ano os ingressos previstos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento possam compensar esta redução. Alienação de bens praticamente em linha em relação ao que ocorreu em 2015. As transferências de capital, tivemos um pequeno acréscimo aqui em relação ao que ocorria em 2015, mas ainda muito abaixo do que o Estado deveria receber do Governo Federal em relação às transferências de capital. Isto aqui são transferências para convênios. Como falei anteriormente, aqui se arrecada R\$ 40 bilhões e retornam 15. Deveria retornar muito mais para que o Governo Federal pudesse ajudar o Estado, logicamente, ou compensar, melhor dizendo, todas as transferências líquidas que são efetuadas à União. Então, aqui tivemos um pequeno decréscimo em relação a 2015. No que se refere às receitas de capital, a composição delas é 61%, nesses oito meses, foi relativo às operações de crédito, e 25% de outras receitas. Ainda é muito pouco de receita de capital. O Estado tem capacidade de tomar muito mais recursos, mas, infelizmente, temos aí uma trava muito grande que esperamos que seja retirada, e que possamos, de fato, ter uma boa parceria em recebimento de recursos do Governo Federal. Essa é a expectativa nessa mudança de Governo. As operações de crédito em relação ao orçado, tínhamos a expectativa de receber R\$ 600 milhões; recebemos, até agosto, 244 milhões. Ainda temos quatro operações de crédito que estão lá na Secretaria do Tesouro para serem aprovadas, e se aprovadas, logicamente, alcançaremos aqui o valor estabelecido. Em termos de alienação de bens, estamos com R\$ 1,7 bilhões aqui de estimativa. Grande parte disso é proveniente da autorização que, recentemente, foi dada pela Assembleia para que pudéssemos vender os excedentes do controle acionário da Copel e da Sanepar, que vão propiciar que possamos alienar essas ações e transformar em outros ativos mais úteis ao Estado e à população. As transferências de capital, previmos aqui receber de convênios do Governo Federal 725 milhões, e recebemos, até agora, apenas R\$ 50 milhões, e outras transferências está em linha com o que estávamos planejando neste exercício. Então, no que se refere à receita de capital, até agora o que não ocorreu foi a alienação de bens que estávamos aguardando a autorização aqui da Assembleia. Nossa expectativa é que esse ingresso de recurso possa ocorrer até o mês de dezembro, para que nós pudéssemos, a partir daí, estabelecer a sua programação de aplicação. Bem, apenas consolidando a receita corrente e a receita de capital, de uma previsão de R\$ 44 bilhões já realizamos R\$ 28 bilhões, e ainda temos a realizar R\$ 16 bilhões até o final do exercício. No que se refere à despesa, as nossas despesas cresceram nesses oito meses, em termos reais, 7,6% aproximadamente; em percentual nominal, aproximadamente 18%. As despesas crescem mais do que as receitas; o percentual de crescimento, não em valores absolutos, mas em percentual de crescimento. Porém, não há qualquer des controle ou qualquer desequilíbrio em relação às contas, porque as receitas, os valores arrecadados são maiores do que os valores despendidos, ou seja, temos superávits correntes, superávits orçamentários e

superávits primários, que vou mostrar mais a frente. Por que isso? Por que as despesas crescem mais do que as receitas? Porque ampliamos significativamente, este ano, a aplicação dos recursos em todas as áreas do Governo, como vocês vão poder observar, principalmente na área de educação, na área de saúde e na área de segurança pública. Mais à frente vou mostrar a ampliação da aplicação desses recursos nas diversas áreas do Governo. Também em relação a pessoal e encargos sociais, vocês podem observar aqui que em 2016, em relação a 2015, o aumento das despesas com pessoal e encargos sociais foi de 22% nominal aqui, 22% nominal ou um crescimento real de 11,25. Por que isso? Porque aqui tem o aumento de outubro de 3,45, que foi dado em outubro, mais o aumento salarial dado em janeiro, de 10,67. Além disso, tem uma ampliação das aposentadorias e pensões impactando os recursos necessários à cobertura da insuficiência financeira, da cobertura do déficit do sistema previdenciário, assim como as contratações de pessoal que ocorreram nesse exercício. Contratação de soldados da Polícia Militar, de delegados, de professores, de pessoal da área universitária, várias contratações foram feitas e levaram a um crescimento na despesa de pessoal e encargos sociais de quase 22% nominal e um crescimento real de tanto. Os encargos com juros e dívida caíram, por conta do acordo que fizemos com o Governo Federal, na redução do desembolso com o pagamento da dívida com a União, e as outras despesas correntes tivemos um crescimento de 16% ou de 6,42, em especial por conta da ampliação das despesas com educação, saúde, segurança pública e todos os encargos que o Estado tem, principalmente neste momento delicado por que passa a economia. Então, as despesas ampliaram, mas logicamente estão equilibradas em relação às nossas receitas. Então, o Estado hoje vive uma situação de equilíbrio em relação às suas contas, mas com um nível de preocupação muito grande, por conta da atividade, da redução da atividade econômica tanto em 2015 quanto em relação a 2016 e a expectativa para 2017. No que se refere às outras despesas, vocês podem observar aqui no quadro, nessas outras despesas aqui que falei, de 16% e seis, vamos detalhar um pouco mais à frente. Vocês vão observar aqui, onde o Estado ampliou as suas despesas, vocês podem observar transferências à Municípios, que ampliou; serviço médico hospitalar de 34%, e aqui é interessante que, neste momento de crise por que passa o País e consequentemente as pessoas que vivem, as pessoas abandonam seus planos de saúde privados e vão para o serviço público, o que necessita, logicamente, de ampliação da prestação de serviço por parte do Estado; eles abandonam as escolas privadas e vão para as escolas públicas, e tudo isso envolve ampliação significativa de gastos do Estado neste momento por que passa o País. As transferências aos Municípios, nesses oito meses transferimos quase R\$ 6 bilhões aos Municípios. É algo extremamente significativo, quase 900, mas quase R\$ 500 milhões a mais do que foi transferido em 2015; e as despesas de capital, tivemos a ampliação também significativa dos investimentos, estamos investindo, este ano, entre investimentos e em inversão financeira, R\$ 1 bilhão e 200 milhões, que é, basicamente, 100% do que foi investido nos oito primeiros meses de 2015. Ou seja, os investimentos do Estado deslançaram em 2016 em relação a 2015. Os principais investimentos que o Estado fez foram esses aqui, vocês podem observar: a administração; manutenção; serviço rodoviário, projetos o obras do sistema rodoviário; fomento rodoviário, são recursos em praticamente todas as áreas do Governo, no montante de R\$ 1 bilhão e 60 milhões, aproximadamente. Em transporte foi o maior investimento, até agosto R\$ 552 milhões; saúde, área judiciária, urbanismo, segurança pública, agricultura, foram crescimentos significativos. Vocês podem observar, em segurança pública, um crescimento de 160% em relação a 2015; na agricultura quase 200%; na ciência e tecnologia quase 757% a mais de investimentos em relação ao exercício de 2015. Em relação à despesa total vocês podem observar que há um engessamento muito grande em relação às receitas do Estado, do que o Estado gasta: aproximadamente 50% com pessoal e encargos sociais; 4% com dívida; 24% com transferência a Municípios; precatórios e inversão financeira. Ou seja, quase 81% do que o Estado gasta são com essas despesas, vamos dizer aqui, imprescindíveis, que são as despesas com pessoal e encargos sociais, dívidas, transferência a Municípios, precatórios e inversão financeira. As demais despesas correspondem a aproximadamente 20%. Investimentos, aproximadamente 3%. Hoje se investe muito pouco, ainda, em relação ao que o Estado poderia investir, e por que não investe mais? Porque temos despesas significativas em várias outras áreas, em especial no que se refere a pessoal e encargos sociais. As despesas por função. E aqui vocês vão poder observar que em educação gastamos R\$ 5 bilhões e meio, e gastamos, até agosto deste ano, R\$ 6 bilhões e meio, ou seja, R\$ 1 bilhão a mais em educação do que foi gasto em 2015. Em saúde da mesma forma, foram R\$ 700 milhões a mais do que se gastou em 2015; segurança pública, R\$ 400 milhões, e assim por diante. Vocês podem observar que em todas as áreas do Governo houve um crescimento significativo nos gastos. São bons gastos; não são desperdícios de recursos. O único que houve a redução, aqui, é com relação ao serviço da dívida; estamos gastando menos com a dívida e gastando mais com atividades finalísticas importantes do Estado. As despesas por função se pode observar aqui, nesse gráfico de pizza, que em educação é onde mais se gasta, e depois, com transferências ao Município. Em educação se gasta R\$ 6 bilhões e meio, e transferências do Município quase R\$ 6 bilhões. Saúde, também aqui, R\$ 3 bilhões e 300 milhões. Onde o Estado gasta os recursos arrecadados da população. Orçamento de seguridade social, aqui são as receitas, a despesa, e logicamente o déficit existente nos primeiros oito meses do exercício, que leva aquele montante de recurso desembolsado, de R\$ 3 bilhões e 800 milhões. Resultados, no primeiro, no segundo trimestre, então, até o mês de agosto, é que mostra o equilíbrio das contas, mostra que arrecadamos, até o mês de agosto, R\$ 28 bilhões, e gastamos R\$ 27,5 bilhões, ou seja, houve um superávit orçamentário de R\$ 571 milhões, que mostra que o Estado está equilibrado, que as receitas foram maiores do que a despesa nesses oito meses do exercício, da ordem

de R\$ 570 milhões, que serão, logicamente, aplicados até o final do exercício, em especial no pagamento do 13.º salário aos servidores. Então, as receitas correntes, as despesas correntes, crescem a 10,8, e as receitas correntes a 1,73, mas como vocês podem observar, há o equilíbrio em relação às receitas arrecadadas e às despesas realizadas durante esse período. O resultado primário mede as receitas não financeiras comparadas com as despesas não financeiras, e aqui também podemos observar um superávit, as receitas primárias foram da ordem de R\$ 31,6 bilhões e a despesa primária liquidada de R\$ 30 bilhões... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Secretário Mauro, mais 15 minutos para concluir.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Obrigado. E o resultado primário é de um bilhão e meio. A meta era de um déficit de 2,8; estamos com um superávit de R\$ 1 bilhão e meio, ou seja, as metas serão alcançadas neste exercício. No que se refere ao resultado nominal, e aqui o desempenho foi melhor ainda, conseguimos reduzir a nossa dívida consolidada líquida de 13 bilhões e 700, para 11 bilhões e 600, ou seja, reduzimos a nossa dívida em R\$ 4 bilhões e 400 milhões, a nossa dívida líquida. Então, mais na frente vou mostrar para vocês um gráfico em que a dívida estava, em 2010, representava 90% da nossa receita corrente líquida, e hoje representa algo em torno de 34% da nossa receita corrente líquida. O resultado nominal é um superávit de 4 e 400, logicamente bem acima da meta estabelecida. As despesas com pessoal e encargos sociais - e aqui temos um fato novo - agora, recentemente, o Tribunal de Contas, ao analisar as contas do Estado relativas ao exercício de 2015, mudou o entendimento que até então vinha sendo aplicado, de considerar o déficit do sistema previdenciário que considerávamos, e o Tribunal também, até o exercício de 2015, como outras despesas correntes. O Tribunal determinou que o Estado considerasse esse déficit da ordem R\$ 1 bilhão e meio como despesa de pessoal e encargos sociais, e com isso tivemos que alocar este gasto, que era classificado como uma despesa corrente, como despesa de pessoal e encargos sociais, e levou com que o Estado ampliasse o gasto com pessoal em encargos sociais, de 43,30, aproximadamente, para 48,45. Isso levou o Estado a quê? A ficar acima do limite prudencial estabelecido. O Estado, hoje, com essa determinação do Tribunal de Contas, está com 98,88 do limite legal. O limite legal é 49, o Estado passa, o Poder Executivo passa a estar com 48,45%. Ou seja, está acima do limite prudencial, e como está hoje acima do limite prudencial, não pode fazer qualquer ampliação das despesas com pessoal e encargos sociais, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso aqui foi um acórdão do Tribunal, agora no mês de setembro. Estamos cumprindo o acórdão, porém, vamos propor ao Tribunal para que o Tribunal faça um escalonamento dessa nova despesa para a classificação em relação a pessoal e encargos sociais, senão o Estado não poderá, se mantida essa situação, fazer qualquer promoção, progressão, contratação de pessoal enquanto não sair dessa situação. Então, a proposição é que façamos isso, essa determinação do Governador, propor ao Tribunal um escalonamento desse novo entendimento, da aplicação desse novo entendimento por parte do Tribunal de Contas do Estado. Muito bem. O Estado estava, até o mês de agosto, com 43,75, e passa a estar com essa decisão do Tribunal com 48,45, não só por conta dessa decisão, mas também por conta do aumento salarial concedido no mês de janeiro, de 10,67. No que se refere à despesa com a educação, o mínimo constitucional estabelecido aqui no Estado é de 30%; alcançamos, nesses oito meses, 34,69%. Então, ampliamos bastante em relação ao exercício de 2015. Estamos aplicando este ano R\$ 871 milhões a mais do que foi aplicado nos oito meses do exercício anterior; um crescimento de quase 16% em relação ao exercício de 2015. No que se refere à saúde, aplicamos, nesses oito meses, 12,6%, também acima do mínimo constitucional estabelecido de 12%, e em relação ao exercício anterior são quase R\$ 600 milhões a mais do que foi aplicado nos oito meses do exercício anterior. Ou seja, o Estado está gastando mais onde? Educação, saúde, segurança pública, assistência social; são bons gastos, em especial neste momento por que passa o País, e apesar disso, com as contas equilibradas. No que se refere aos limites de receita corrente líquida, logicamente estamos atendendo a todos os limites estabelecidos. Limite de garantia de 22, temos 1,16; limite de operações de crédito contratadas por ano, o limite é 16 e estamos com 0,72; o serviço da dívida, o limite, esse aqui é o serviço do pagamento do desembolso por ano, de 11,5, estamos com 4,22; o limite da dívida consolidada, de 200, estamos com 34,14; ou seja, o Estado está cumprindo todos os limites e todas as metas estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal. A nossa dívida consolidada líquida é de R\$ 11,6 bilhões; o limite de endividamento é de R\$ 68 bilhões, ou seja, temos um espaço grande para efetuar novas operações de crédito para contratação de investimentos aqui no Estado. E aqui, conforme falei anteriormente, vocês vejam como era em 2010 o nível de endividamento do Estado, era quase 91% da receita corrente líquida, 91% da receita era comprometida com dívida, hoje é 34,14%. Então, ao longo desses anos fomos reduzindo o percentual de endividamento do Estado em relação à sua receita corrente líquida. Temos um espaço importante grande para poder fazer investimentos importantes, por isso que temos as operações de créditos solicitadas ao Ministério da Fazenda para que possamos ampliar significativamente os investimentos na área de infraestrutura do Estado. Enfim, feito tudo isso, já acabou? Não, temos ainda desafios pela frente, e desafios grandes. Um grande desafio que temos é a manutenção do equilíbrio das contas públicas; não podemos assumir compromissos acima das possibilidades de pagamento do Estado, sob pena de nos igualarmos às outras Unidades da Federação, que não têm dinheiro sequer para pagar pessoal e encargos sociais, imaginem pagamento de fornecedores, que a primeira coisa que o Estado atrasa, o Poder público atrasa é o pagamento de fornecedores de bens e serviços, e posteriormente começa a atrasar pessoal e encargos sociais. Se já está atrasando pessoal e encargos sociais, os fornecedores já não estão recebendo há muitos meses. Então, manter o equilíbrio nas contas

entre receita e despesa é fundamental para que possamos pagar em dia os nossos compromissos, não assumindo responsabilidades acima da nossa capacidade de pagamento. Temos que manter permanentemente processos de redução de despesa, em especial no que se refere ao custeio da máquina administrativa e da dívida; ampliar, logicamente, captação de receitas não tributárias, e aqui este Parlamento tem dado uma ajuda muito grande na aprovação de Projetos importantes, que vão permitir que possamos captar recursos relevantes para investimentos no Estado e ampliar também a arrecadação de receitas tributárias, aqui não criando novos tributos, mas sim melhorando a efetividade da administração tributária, cobrando os inadimplentes, cobrando os sonegadores, de tal forma que possamos trazer esse recurso que é sonegado à população do Estado para o seu próprio benefício, e ampliar também a capacidade de investimentos. Acho que o Estado teria uma capacidade enorme de investimentos, algo em torno de R\$ 5 bilhões. Imagino que o Estado equilibrado possa - em uma economia normal, não em crise - possa, de fato, alocar os seus recursos para investimento, em especial nas receitas ordinárias, as receitas tributárias, que hoje o Estado está fazendo muito investimento, porém, com receitas não tributárias, com receitas extraordinárias não é bom que isso se faça, até porque não existe receita extraordinária todo ano. É importante que as receitas ordinárias possam custear as necessidades de manutenção dos serviços públicos, mas também promover investimentos importantes. Hoje o grande problema que temos aqui no Estado é a nossa falta de capacidade de geração de recursos ordinários para investimentos, porque os recursos ordinários estão todos comprometidos com o custeio da máquina administrativa, em especial no pagamento de pessoal e encargos sociais. Esses são os desafios que temos pela frente. Novamente gostaria de agradecer a todos os Parlamentares, agradecer aos dirigentes da Secretaria da Fazenda que estão aqui, que contribuíram significativamente para esses resultados aqui apresentados. Muito obrigado a todos.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Encerrada a apresentação, vamos abrir o prazo de cinco minutos, conforme a ordem de inscrição dos Srs. Deputados, para que possam formular perguntas ao Secretário. O Secretário terá cinco minutos para responder, fazer suas considerações. A réplica e a tréplica terão três minutos, improrrogáveis. Então, primeiro Deputado inscrito a fazer a pergunta, Deputado Professor Lemos.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Boa tarde, Secretário; boa tarde à equipe, a todos que acompanham a Sessão. Quero ir às páginas 38 e 39 da apresentação, onde está calculado com um índice diferente a evolução da receita e a evolução da despesa. Para a evolução da receita usou-se o IPCA de abril, dos 12 meses, que é 9,28, e para calcular a despesa - eu não sei qual é o indicador usado - o percentual foi de 6,85. Então, variáveis diferentes. Evidentemente que isto dá um resultado diferente, o que levou a *Gazeta do Povo*, por exemplo, a publicar no jornal de hoje que tem uma crise financeira no Estado. Ora, se você for para a página 39, vai observar que em 2014 o resultado primário foi de 175 milhões, apurado de janeiro a agosto, e deste ano é 1,5 bilhão. Ora, 1,5 bilhão é muito diferente de 175 milhões. Então, tem um superávit. Quando se esperava ter um déficit de 2,8 bilhões, tem um superávit de 1,5. Onde é que está a crise financeira? Então, este cálculo, no nosso entendimento, da nossa assessoria, isto está equivocado, porque aí dá um resultado diferente, permite uma leitura errada, de que de fato teve um aumento maior, uma evolução maior da despesa quando comparada com a receita. No nosso cálculo não chega a 10,8%, como está apresentado aqui; é 7,63 no cálculo que fizemos, e isto dá uma diferença bem grande no resultado. Então, é preciso tomar este cuidado com os números. Outra coisa que eu gostaria também...

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB):** Sr. Presidente. Só, Deputado Lemos, permita-me. Presidente, até para... O Professor Lemos tem algumas perguntas e considerações importantes na linha de raciocínio dele, mas entendo que para poder desvendar essas questões, seria oportuno que ele pudesse fazer a pergunta e o Secretário dar a resposta exatamente sobre o que estamos tratando, senão vamos ficar misturando temas que, embora correlatos, todos devem ser abordados. Se o Deputado Lemos concordar comigo, penso assim, se pontualmente pudéssemos esclarecer cada um desses fatos que ele enuncia.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Se pudesse ser como esclarecimento, aí depois eu faria então o questionamento.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB):** Isso.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Bem, com certeza há o maior interesse que as dúvidas sejam dirimidas. Também não posso abrir precedente para todos, porque depois vamos fugir à regra. Agora, tudo bem, vamos conceder a possibilidade do...

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Do esclarecimento, porque tem uma diferença aqui.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Pois não.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Tem variáveis diferentes.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Pois não.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Foi usado o IPCA de abril, 9,28, para a evolução da receita, e para a despesa foi usado um índice que é de 6,85%; não sei qual é o indicador usado para a evolução da despesa, o que dá um descompasso no resultado final, leva a uma interpretação equivocada, no meu entendimento.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Veja bem, você tem aqui o... Primeiro, queria saudar o nobre Deputado. Dizer que se tem aqui nesta apresentação os valores nominais, que são aqueles que estão expressos na execução orçamentária. Então, sem qualquer tipo de correção, e posteriormente, e aí um comparativo entre esses valores nominais, sem correção, e posteriormente fazemos uma comparação corrigindo isso a preços de agosto de 2016. Ou seja, corrigimos 2015, despesa mês a mês para agosto de 2016; assim como as despesas e receitas corrigimos mês a mês para agosto de 2016, para fazer a comparação entre uma e outra. Então, quando mostramos a comparação em termos reais, já é a preços de agosto de 2016, trazendo aquilo que estava a preços de 2015, mês a mês, a execução traz para o preço de agosto. É assim que se calcula o percentual real de variação, que está correto; todos os dois foram aplicados na mesma metodologia, tanto a receita quanto em relação à despesa. O Quadro 39 mostra o superávit em valores nominais; são esses os valores que estão aí colocados, extraídos, logicamente, da execução orçamentária. Mostramos aí uma receita primária de R\$ 31 bilhões e uma despesa primária de 30. Você gera o superávit para quê? Para pagamento de dívida. Resultado primário, as pessoas confundem por vezes o que é resultado orçamentário e resultado primário. Resultado orçamentário você soma todas as receitas e diminui de todas as despesas. Esse teve um resultado em torno de R\$ 500 milhões, que é do quadro anterior. Mostre, por favor, o *slide* do resultado. Volte, por favor, o resultado orçamentário. Esse é o resultado orçamentário. São as receitas, menos as despesas do exercício; aqui são todas as receitas e todas as despesas. Então, somando todas as receitas com todas as despesas empenhadas, muitas delas nem realizadas ainda estão, temos um superávit de R\$ 570 milhões. Ou seja, arrecadamos mais do que empenhamos até agora em R\$ 570 milhões. Vamos para o resultado primário. O resultado primário mede o quê? Receita não financeira e despesa não financeira. Para quê? Para pagamento das despesas financeiras. Qual é a despesa financeira que você paga? A dívida. Então, tem que gerar um resultado primário suficiente para poder pagar as dívidas que o Estado tem, e aí geramos R\$ 1.5 bilhão de resultado primário para poder pagar as dívidas que o Estado tem lá com o Tesouro, com diversos organismos internacionais, que o Estado contratou anteriormente. Então, não existe, essa matéria que o senhor cita de fato não corresponde à realidade, não existe uma crise financeira no Estado. Se existisse crise financeira no Estado, o Estado estava gastando mais do que efetivamente estava arrecadando. Não existe uma crise financeira no Estado. Se você comparar com o exercício anterior, o que aconteceu? No ano passado você precisava gerar uma receita muito superior às despesas, para pagar o quê? As dívidas que existiam até o exercício de 2014, que não é o caso agora, não temos dívidas de exercícios anteriores. Então, a receita que é gerada neste exercício é para pagamento das despesas deste exercício, que puderam ser ampliadas, porque não tinham mais compromissos de exercícios anteriores a serem pagos, por isso pudemos ampliar, foi possível ampliar os gastos na segurança pública, os gastos na educação, os gastos na saúde, os gastos nas diversas áreas importantes para a população.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Então agora, quando lemos, por exemplo, o que foi publicado, a mensagem para os paranaenses é que tem uma crise financeira. Então o Secretário acabou de assegurar que não tem. De fato não tem uma crise financeira; temos superávit maior do que no passado. Então, ficaram sem pagar promoções e progressões de carreira dos servidores. Se ficaram sem pagar, mesmo tendo superávit, como tivemos no ano passado superávit e vamos ter este ano também, outra coisa importante é que a composição de gasto com pessoal do Paraná está mudando o critério neste momento. Quando observamos que outros Estados, e vários deles - eu poderia citar mais de 10 Estados aqui - vou pegar o Piauí, por exemplo, janeiro de 2015, o Tribunal de Contas tira aposentados e pensionistas de gasto com pessoal do Estado e faz adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal. É o Piauí, mas o Ceará também fez isto, vários Estados fizeram. Ora, e o Paraná está fazendo o contrário, está colocando na composição de gasto, e aí, claro que sai de 43% para mais de 48%, e aí mata, inclusive, a esperança dos servidores de um dia ter promoção, progressão e reajuste salarial. Mesmo o Estado tendo superávit, mata, porque pode ter receita, mas não vai ter margem fiscal, e não adianta a Mensagem 43 dizer que em janeiro vai implementar promoção e progressão, porque não vai, porque se mudar o critério, como mudou, e isso não foi enfrentado neste momento, não vai ter nem agora, nem em janeiro, nem nunca, e aí você mata os servidores públicos do Estado do Paraná na inanição. Então, isto precisa ser debatido à luz da evolução da receita e da despesa. É verdadeiro afirmar que aumentou mais a despesa do que a receita no ano passado e este ano? É verdade, porque despesas que tinham que ser pagas no ano passado foram transferidas para este ano. É como alguém que compra um veículo e naquele ano a despesa dele fica maior do que a receita, mas no ano que vem ele já supera isso... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Pode conceder o tempo, por favor.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Mas no ano que vem... É como alguém, uma família compra um veículo, ele tem a despesa naquele ano, aí a despesa dele fica maior do que a receita, mas ele tem sobra do ano anterior e vai ter sobra dos anos seguintes; então, ele pode perfeitamente voltar à normalidade. Então, é isto. Não é porque em um ano a receita cresce menos do que a despesa que você precisa sacrificar os servidores públicos. Por isso, quero fazer um apelo ao Secretário e ao Governo, ao Governador Beto Richa, que suspenda qualquer medida de retirada de direitos dos servidores; mantenha a promoção e progressão e pague este ano ainda; e o reajuste segue como está na Lei, para pagar em janeiro do ano que vem.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Bem, primeiramente, acho que é importante esclarecer que o resultado orçamentário aqui é de R\$ 570 milhões e não de 1 bilhão e meio. Entenda resultado orçamentário como receita menos as despesas empenhadas do exercício. Esses recursos serão utilizados para quê? Para pagamento de 13.º. Pegar isto aqui pagar promoção e progressão, vai ficar como os outros Estados, sem dinheiro para pagar o 13.º aos nossos servidores e as despesas maiores no final do exercício. Temos que lembrar bem que no primeiro semestre você tem receitas maiores do que as despesas, em especial por conta do IPVA, que ocorre no início do exercício. Então, essas receitas são gastas ao longo do exercício de 2016. Esse superávit não pode ser utilizado para despesas não previstas no orçamento de 2016, sob pena de não cumprimento daquilo que está previsto no orçamento de 2016. Então, essa é uma questão extremamente importante. No que se refere a... Não existem sobras também de 2015 que poderíamos, eventualmente, ser aplicadas em 2016, porque o superávit de 2015 foi aplicado no pagamento de dívidas que o Estado tinha relativas aos exercícios até 2014, inclusive no que se refere a pessoal e encargos sociais. Grande parte dessas dívidas que existiam até 2014 era com relação a pessoal e encargos sociais, como promoções, progressões, rescisões contratuais, férias dos servidores. Não sei se o senhor lembra-se disso, que no exercício de... Entramos em 2015 com dívidas significativas em relação aos servidores. Precisamos gerar superávit em 2015 para poder pagar esses compromissos, não só com os servidores, mas também relativo a fornecedores de bens e serviços. Quitamos tudo isso. A situação de 2016 é extremamente diferente daquela de 2015. O ajuste fiscal de 2015 serviu para pagarmos as dívidas existentes. O ajuste fiscal para 2016 está servindo para quê? Para manter o equilíbrio e pagar os 10,67 aos servidores. No que se refere a 2017, não existe receita suficiente para você pagar as promoções e progressões e o pagamento do reajuste salarial. As promoções e progressões custarão ao Estado R\$ 1 bilhão 400 milhões; o reajuste salarial custaria ao Estado R\$ 2 bilhões 100 milhões; significaria que teríamos de alocar ao orçamento de 2017 mais R\$ 3 bilhões e meio somente para pagamento de pessoal e encargos sociais. Não existe esse recurso... (É retirado o som.) Não é que o Governo não quer fazer; o Governo quer fazer, não existe é a possibilidade de isso acontecer. Temos, inclusive, um compromisso com o Presidente Traiano, com o Romanelli, de abriremos todos os números para os senhores, para as entidades de classe, abrir e mostrar. Não é porque não se queira, é que não há possibilidade hoje, com a crise econômica que vivemos, com a queda da arrecadação de ICMS que está já hoje acontecendo, atender a todas essas necessidades no exercício de 2017. Havendo, logicamente, a possibilidade, faremos. Se houver um excesso de arrecadação, se a economia se reverter de queda para um crescimento, logicamente o Governo priorizará esse excesso de arrecadação no pagamento do reajuste do servidor. No momento só foi possível incluir no orçamento de 2017 1 bilhão e 400 para pagamento das promoções e progressões. O que vai levar que todos os servidores ativos sejam beneficiados com o crescimento expressivo em relação à atual remuneração. Não há espaço para que possamos aumentar mais ainda o ICMS, o IPVA, para poder atender esta demanda dos servidores. Não há essa possibilidade. Reconhecemos o direito, o direito não é desconhecido, nem aqui as pessoas estão querendo negar o direito dos servidores, porém ele vai ser pago quando houver possibilidade de efetuar pagamento sem comprometimento da população do Estado do Paraná. Não está se retirando direitos dos servidores, está apenas se postergando em um momento em que haja possibilidade financeira de atender esse direito dos servidores, reconhecido na legislação vigente.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Secretário, a preocupação é grande. Mesmo havendo disponibilidade financeira, com esse acórdão do Tribunal de Contas, já sabemos que lá em janeiro e todos os meses do próximo ano estaremos acima do limite prudencial. Ora, então já sabemos de antemão que não tem promoção e nem progressão, porque no próprio texto da Lei, no Projeto enviado aqui para a Assembleia, que altera a LDO, ele assegura que só se fará implementação da promoção e da progressão e se pagará o atrasado se estiver de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas mudando o critério da composição de gasto de pessoal, como foi mudado agora em setembro, saiu de 43.3 para mais de 48. Quarenta e oito já extrapolou o limite, que é de 46.55, que é o limite prudencial. Ora, então já é uma crônica anunciada, já tem uma sentença anunciada para os servidores; não terá absolutamente nada, mesmo que tenha disponibilidade orçamentária e financeira. Do jeito que está proposto aí, não vai ter nada! Então, por que mandar esse Projeto aqui para a Assembleia?

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Temos uma expectativa muito grande. Primeiro, não foi o Poder Executivo que tomou essa decisão; muito pelo contrário, tentamos de todas as formas que esta decisão não fosse tomada; fizemos várias gestões oficiais, e não falo aqui de gestões informais, mas gestão oficial de apresentar toda argumentação técnica e jurídica ao Tribunal de Contas, para que o Tribunal de Contas mantivesse o entendimento que vinha sendo praticado desde 2012. A decisão não foi do Executivo; o Executivo contestou esta posição da área técnica do Tribunal. Infelizmente os Conselheiros, em reunião no dia 13, se não me falha a memória, tomaram essa decisão. O que vamos fazer? Primeiro, contestar isso com recurso que estamos preparando e que será apresentado sexta-feira desta semana. Segundo, preparar também uma proposta de TAG, que é baseado em uma Lei que foi aprovada aqui pela Assembleia, que é um Termo de Ajustamento de Gestão, onde vamos propor ao Tribunal que, se mantido esse entendimento, ele possa adotar o mesmo procedimento que adotou no passado, quando mudou também o entendimento em relação às despesas com pensionistas. No passado as despesas com pensionistas não incorporavam como despesa de pessoal e encargos sociais; em um determinado momento o Tribunal entendeu que deveria considerar essa despesa com pensionista, com pessoal e encargos sociais,

e estabeleceu uma graduação da incorporação dessas despesas por um período de 16 anos. Ou seja, 6,35% a cada ano. Vamos solicitar ao Tribunal que ele adote o mesmo procedimento que foi adotado no passado, quando o Tribunal mudou o entendimento em relação às despesas com pessoal e encargos pessoais. Isso que o Tribunal fez. Não concordamos e vamos adotar essas duas providências - além das que já fizemos - vamos adotar essas duas providências: a contestação, o recurso agora, que será entregue na sexta-feira, e também uma proposta caso ele mantenha a mesma posição, de um Termo de Ajustamento de Gestão. Ai eu pediria aos Srs. Parlamentares que nos ajudassem, porque se mantida esta decisão do Tribunal, teremos uma dificuldade muito grande. Todos nós. Todos nós. Acho que é importante que possamos, juntos, buscar uma solução semelhante àquela que foi adotada no passado, para que possamos seguir em frente no que se refere à política nossa de pagamento de administração de recurso humano. Claro, deixar muito claro, contestamos até a última hora, mas infelizmente não obtivemos êxito. Ajudem-nos, por favor, peça aos Parlamentares que tiverem interesse, por favor, nos ajudem junto ao Tribunal, para que, se mantido esse entendimento, que faça o escalonamento da mesma forma como ocorreu no passado, para que possamos já, a partir do mês de janeiro, fazer a implantação da folha de pagamento das promoções e progressões dos servidores, que custarão, por mês, R\$ 60 milhões, e ao ano dará R\$ 800 milhões, além de pagarmos todos os atrasados ao longo do exercício e mais ainda aquelas promoções e progressões devidas, em 2017, serão pagas também em 2017. Isso dá um desembolso de R\$ 1 bilhão e 400. Pediria, por favor, que nos ajudassem nessas ações junto ao Tribunal de Contas do Estado, que tem, logicamente, uma sensibilidade muito grande em relação a este tema.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Próximo orador inscrito, Deputado Palozi.

**DEPUTADO CLAUDIO PALOZI (PSC):** Sr. Secretário Mauro Ricardo, confesso que a leitura que faço nesta prestação de contas quadrimestral é bem mais positiva do que aquela que vimos no início do ano. Confesso que, apesar dos números que o senhor apresenta, de queda de receita, de ICMS, que é o principal tributo que o Estado possui, mesmo assim o equilíbrio, como o senhor está apresentando, é bem melhor. Aliás, sempre tenho observado que as despesas de educação e saúde, evidentemente não só no Estado do Paraná, mas nos Municípios, são as maiores mesmo, e essas é que desequilibram, de acordo com a gestão, e é importante sempre estar em atenção. Apesar de que também saúde, para nós Deputados, para qualquer gestor público, é prioridade, porque a população precisa, exige e pede atendimento maior sempre. Comparando a isso, tenho sempre observado que nas prestações de contas anteriores o Estado não vinha aplicando os 12% da sua receita própria em saúde, como determina a Lei, mas que agora esse número já mostra um sinal acima do que o limite da Lei, de 12% da receita própria. Também observo que em relação à educação o Estado tem gastado sempre mais do que o limite, que a receita própria estabelece dos 30% em educação. Ainda insisto com o senhor, apesar da boa gestão do nosso Secretário da Saúde, Michele Caputo Neto, e que tem uma visão importante e aprimorada, em relação às despesas com saúde no Estado do Paraná, aliás, uma boa gestão que se faz por toda a equipe, os resultados mostram isso, e é importante ainda investir mais, porque não quer dizer que em educação está se investindo muito, mas é que em saúde precisa investir mais, porque vemos que as demandas ainda continuam represadas, e o máximo que se puder fazer nesse sentido, nunca vai ser desperdício, porque está investindo na qualidade de vida do ser humano. Prevenção é melhor, inclusive, do que fazer o restabelecimento da saúde do paciente, porque vai gastar muito mais. Então, o que eu queria pedir ao senhor, toda vez que houver condições, atenda as solicitações do Secretário da Saúde, Michele. Principalmente os Municípios pequenos, os Municípios do interior gastam muito mais do que a Lei estabelece, dos 15% necessários, mínimos, da sua receita própria. Então, é este o nosso pedido, principalmente agora que posso, inclusive, justificar. Na nossa região, Umuarama, que tem um hospital regional recém-construído, inclusive com a ajuda do Estado a instalação, está recebendo recursos para manutenção de programação, que é muito importante, mas precisa ser melhorado, porque é um hospital regional, e a iniciativa privada investiu mais do que o Estado para obtermos esse grande empreendimento, extraordinário empreendimento, e o Estado também está sendo parceiro, mas precisa melhorar ainda alguns setores, porque a saúde de alta complexidade ainda não está atendendo as necessidades da região de Umuarama. Depois faça outras considerações, Secretário.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Primeiramente, queria saudar o nobre Deputado, e dizer que o Estado tem priorizado as ações de saúde e educação. Pode-se observar ali, no que se refere à saúde, nesses oito meses de 2016, se comparado com o mesmo período de 2015, tivemos um acréscimo de 32,5% nas despesas com serviços de saúde. Ou seja, aportamos adicionalmente R\$ 565 milhões, o que demonstra a prioridade que o Estado está dando na área da saúde. Acho que a primeira vez, em muitos e muitos anos - não turma dizer que é a primeira vez - mas acho que é a primeira vez, em muitos e muitos anos, que o Estado, em oito meses, aplica 12,6% da sua receita líquida de impostos em saúde. Não me recordo de outro período que não seja esses primeiros oito meses do exercício; os senhores estão aqui há mais tempo. Acho que a turma aqui da Fazenda pode dar informações adicionais, mas acredito que é a primeira vez que o Estado alcança os 12,6% no mês de agosto. Então, o Estado não conseguia fazer isso no ano, imaginem no mês de agosto. Isso demonstra a prioridade que o Governador Beto Richa está dando à saúde, e também a aplicação, a ampliação dos recursos na área de educação. Mais de 15% de crescimento de um período para o outro. Mais de R\$ 700 milhões também aplicados em educação, e aí vai para todas as áreas do Governo. Por que ampliou a despesa? Porque ampliou a

aplicação de recursos nessas áreas estratégicas de Governo: educação, saúde. Desequilíbrio? Jamais, porque está mantido o equilíbrio entre receitas e despesas. Não compare com o ano passado, porque no ano passado precisávamos gerar um superávit para pagar dívidas. Não é o caso agora. Estamos gerando, não precisa gerar superávit, podemos ampliar as nossas despesas, em especial nas áreas estratégicas da população.

**DEPUTADO CLAUDIO PALOZI (PSC):** Sim, Sr. Secretário, mas na página 43, onde se refere às despesas com saúde, observamos que foi um aumento nesse período de oito meses, em comparação aos oito meses do ano passado, que foi apenas de R\$ 110 milhões. Apesar de que o Estado, como o senhor disse, vem investindo bastante em saúde, em comparação com os outros anos. Por isso insisto em dizer que ainda foi um aumento considerável. E sentimos isso, inclusive citei o exemplo da nossa região de Umuarama, mas mesmo assim precisamos aumentar ainda mais, e que o senhor seja mais bondoso, atencioso em relação aos pedidos que são feitos pelos Deputados, Prefeitos, enfim, e ao Secretário Estadual da Saúde e sua equipe. Gostaria também de lembrar que os dois pesos maiores são realmente saúde e educação, e o Estado vem fazendo mais do que deveria fazer em relação à educação, porque o ensino superior consome boa parte das despesas relacionadas com a educação. Este fator é de um diferencial muito grande, um peso enorme nas contas do Estado. Gostaria, mais uma vez, de lembrar o senhor - e este assunto eu falei na outra prestação de contas - o que é que nós paranaenses, principalmente nós Deputados também, e o Governo, pode fazer para diminuir esse peso? Que a União contribui pouco em relação ao ensino superior, e o Estado tem que investir tanto, porque temos várias universidades estaduais. Acho que se o Governo do Estado puder acenar ou sinalizar alguma ação nesse sentido, inclusive buscando apoio da Bancada Federal, seria muito importante. Em relação à saúde é outro setor muito importante também. Por quê? Porque se o Estado tem uma obrigação para cumprir uma despesa relacionada à sua receita própria de 12%, e os Municípios 15%, por que a União só gasta 5% ou 6%? Então, a nossa Bancada Federal também, do Paraná, e nós, podemos continuar insistindo para que o Governo Federal regulamente, através do Congresso, uma Lei que possa obrigar a União a aplicar pelo menos 10% da sua receita própria em saúde. Esta é a minha contribuição; acho que poderíamos fazer com que os Governos Estaduais, não só o Paraná, tivesse uma carga de obrigação bem menor do que estamos tendo.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Não tenho dúvidas de que o Governo Federal poderia fazer muito mais do que faz hoje, em especial em relação ao Estado do Paraná. Mostrei ali em um *slide* que temos R\$ 40 bilhões arrecadados de tributos federais aqui, retornando ao Estado apenas R\$ 15 bilhões, ou seja, 63% que são arrecadados aqui no Estado não retornam ao Estado do Paraná. Então, não é nenhum favor; acho que é uma obrigação a União aportar recursos adicionais não só na área de saúde, na educação, mas em diversas outras áreas, estaria devolvendo aos paranaenses aquilo que é retirado de receitas, de riqueza gerada aqui no Estado. No que se refere às universidades, ontem o João Carlos, que é o Secretário de Ciência e Tecnologia e responsável também pelas universidades, esteve reunido com a Bancada do Paraná na Câmara Federal exatamente para articular Emendas ao Orçamento da União para que pudéssemos trazer recursos federais para as universidades estaduais. Mas logicamente, independente das Emendas, poderiam ser alocados recursos diretamente pela programação do próprio Ministério para as universidades, ou mesmo para o ensino básico aqui no Estado; pouco se transfere aqui para o Estado. No que se refere à saúde, estamos com redução de repasse em relação ao exercício anterior. Como observamos ali no *slide* que apresentei em relação às transferências federais, há uma redução nas transferências dos recursos do SUS para o Estado, o que tem obrigado o Estado a ampliar a sua aplicação; não só o Estado, mas os Municípios também. Tem Município que hoje está aplicando 30% da sua receita na saúde. Então, é algo extremamente importante, que a União entre com mais recurso e que aplique adequadamente esses recursos em especial na manutenção dos serviços existentes, e todo recurso novo que vem para a saúde criam-se novos programas, aportam-se novos recursos nos novos programas e não se atualizam os recursos necessários para a manutenção das atividades de saúde. Então, é algo que realmente nos preocupa bastante. O Governador tem feitos gestões junto ao Governo Federal; o Secretário Michele, que é um grande Secretário, tem feito também gestões nesse sentido, de tal forma que possamos melhorar os aportes de recursos federais nessas áreas, que não é nenhum favor, não, é obrigação.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Próximo Parlamentar a fazer perguntas, Deputado Marcio Pauliki.

**DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT):** Sr. Secretário, boa tarde! Boa tarde a toda equipe da Secretaria da Fazenda. Sr. Secretário, sempre digo que estou político. Na verdade, sou empresário, empreendedor e, principalmente, do ramo de comércio. Quero, antes de qualquer coisa, dizer ao senhor e à sua equipe que eu, como Presidente da Comissão de Indústria e Comércio, estou tendo um bom diálogo em relação a um projeto que lançamos, desde o ano passado, e que é o *Pacto Pelo Emprego*, e dentro desse *Pacto Pelo Emprego* existe uma questão de intensificar e expandir o *Paraná Competitivo* também para a área comercial. Não é fácil, porque o comércio é mais difícil de mensurar sua expansão, diferente de uma indústria que abre uma nova planta e tem um novo ICMS a recolher. Mas, existem alguns modelos, como é o caso de crédito de ICMS para imobilizado em relação às empresas que fizeram planos de investimentos e, talvez, outros incentivos e que estamos tendo esse diálogo com o Francisco, com o Calixto, com o George e, também, com o Secretário. Então, antes de qualquer coisa, queria parabenizar por esse trabalho, no final do mês teremos, quem sabe, uma boa notícia em relação ao *Paraná Competitivo Span*, tendo essa expansão comércio em um momento

importante, porque as empresas do comércio fazem justamente agora o seu planejamento estratégico e definem o seu planejamento para o próximo ano, para os próximos dois anos. Mas o meu questionamento, na verdade, também, além de um comentário seu sobre essa possibilidade de o *Paraná Competitivo* tendo essa expansão para o comércio, também é o seguinte: vejo que as empresas fazem, vejo a governança corporativa muito próxima do que o setor público poderia fazer, planejamento, projetos orçamentários, ano passado as empresas, em 2015 para 2016, realmente não tinham nenhuma previsão de que teríamos um aumento no orçamento, inclusive as receitas esse ano estão tão difíceis quanto o ano passado, mas para o ano que vem teremos, sim, uma luz no fim do túnel, imaginamos que teremos um PIB de 3,5 negativo, vai passar para talvez 2%. E as empresas de sucesso, bem como os Governos de sucesso, fazem uma previsão orçamentária também pensando que a economia pode melhorar e colocar, quem sabe, em alguns pontos orçamentários essa expansão. Um dos casos que temos aqui trabalhado é a Agência Paraná de Desenvolvimento. Ela hoje é a grande agência de atração de investimentos para o nosso Estado. Na verdade, até aqui coloca que o *Paraná Competitivo* faz parte do seu *portifólio* e somente nos próximos cinco anos teremos um incremento de ICMS de mais de R\$ 122 milhões desse incremento de potencial de geração, justamente pelos mais de R\$ 632 milhões em investimentos, com uma estimativa de geração de 1.311 empregos diretos. Só que esta Agência Paraná Desenvolvimento precisa fazer as suas missões empresariais, prospectar mais empresas em todo o mundo? Qual a possibilidade de se pensar em um incremento orçamentário para esta Agência, afinal de contas ela perdeu metade do seu valor orçamentário de um ano para cá e hoje ela tem que trabalhar em cima de receitas próprias, inclusive ela tem feito isso com esmero, trabalhando com os próprios Municípios, tentando até vender o seu trabalho para que faça receita? Qual a possibilidade, pergunto-lhe, para que a Agência Paraná Desenvolvimento, que hoje faz um trabalho, talvez seria uma Secretaria de Indústria e Comércio, que não temos aqui no Paraná, mas que entendo que como Agência ela pode até ser mais efetivada, melhorar um pouco este orçamento, porque hoje praticamente o orçamento serve para pagamento de folha? Se existe a possibilidade de termos este incremento, até porque tivemos um orçamento de 3 e 4 milhões de reais, hoje não passa de R\$ 2 milhões e fiz um comparativo com outras Agências de Fomento, Agências de Desenvolvimento de outros Estados e chega, por exemplo, a Estados como Pernambuco, a Agência recebe mais de R\$ 50 milhões - pode ser até que seja de um outro formato. Mas, queria lhe perguntar: primeiro, dessa possibilidade de o *Paraná Competitivo* para o comércio, se vamos ter boas notícias e também da possibilidade de incrementar o orçamento dessas Agências, até porque o nosso País no ano que vem vai experimentar um crescimento e agora é a hora de poder vender o Estado, vender o peixe do Estado para todo o mundo.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Bom, primeiramente queria saudar o nobre Deputado. Dizer que nós estamos revendo o Paraná Competitivo de tal forma que possamos melhorar os instrumentos que o Estado tem para investimentos em todas as regiões do Estado. Uma das propostas que estaremos submetendo ao Governador Beto Richa é exatamente a possibilidade da ampliação do benefício para investimentos - você teria um para a produção e um outro para investimentos, possibilidade de utilização de créditos acumulados para investimentos. Então, já temos uma proposta formatada e estaremos submetendo ao Governador Beto Richa, que acredito que será aprovada e assinada em breve essa modificação do *Paraná Competitivo*, além de outras modificações que serão feitas no sentido de dar maior velocidade à tramitação desses pleitos de tal forma que possamos ter rapidamente esses investimentos gerando emprego e gerando renda e atendendo não só a indústria mas também o comércio e o serviço, que eventualmente queiram fazer investimentos, poderão também fazê-lo. Então, a ideia é que isso em breve possa ser aprovado pelo Governo e assinados os atos correspondentes. No que se refere à APD, também neste novo modelo a APD também assume um papel de relevância no sentido de fazer a captação desses investimentos, as análises em termos de projeto de desenvolvimento para o Estado e acompanhamento também da implantação dos investimentos e de todos os compromissos que serão assumidos por esse investidor. Também estabelecemos uma nova forma de relacionamento com a APD, onde ampliamos o orçamento, porém vinculamos este orçamento ao cumprimento de metas, metas importantes em termos de atração em empreendimentos para o Estado. Quanto mais empreendimentos tiverem, maiores serão os recursos alocados à APD para que possamos cada vez mais ampliar os investimentos no Estado. Então, já ampliamos em 2016 e vamos também ampliar em 2017, porém atrelados a metas de resultados.

**DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT):** Ok, Secretário. Na verdade, apenas usando essa réplica para fortalecer ainda mais esse pedido, para que a APD possa ter um orçamento, claro, atrelado a metas, mas que realmente possa ter bons indicadores, porque é ele que realmente vai trazer os investimentos para o nosso Estado, até porque o nível de confiança dos empresários, não só do País, mas dos de fora em relação ao País, tem aumentado nos últimos meses, e precisamos ser aquele Estado que possa ser o primeiro, quem sabe, na escolha desses empresários. Inclusive vamos, na semana que vem, apresentar esse relatório semestral para o Presidente Traiano, junto com o Adalberto, junto com a equipe da Agência Paraná Desenvolvimento, e vamos fazer uma proposta para a Assembleia para que ela possa participar ativamente nessa atração de empresas também. Temos aqui, claro, a Casa tem o seu trabalho de legislar, fiscalizar, mas por que não também a Assembleia usar parte de um orçamento para incentivar essas empresas para virem para o nosso País? Inclusive semana que vem, aliás, começo de novembro, uma Audiência Pública - e convido a equipe da Sefá se puder estar conosco - porque a Agência Paraná estará nos apresentando o seu relatório semestral, junto com a Deputada Maria Victoria, que faz parte da Comissão de Assuntos Internacionais e

Mercosul, Deputado Tião Medeiros, que é também da Comissão de Infraestrutura e nós, que somos Presidente da Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Tenho certeza que essa triangulação entre a Assembleia, as Comissões, e a própria Sefá, junto com o Governo do Estado, vai poder nos ajudar a tentar nesse momento atrair mais essas empresas para o nosso Paraná e trazer desenvolvimento. E lembrando que o comércio... Realmente, vai ser muito bem-vinda essa proposta, porque afinal de contas, talvez não sejamos o segmento que mais recolhe ICMS, a indústria, mas é, com certeza absoluta, é o segmento que mais gera emprego aqui no Estado do Paraná. Obrigado, Sr. Secretário.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Boa tarde, Secretário, boa tarde a toda sua equipe. Ouvi quando o senhor colocou que para o ano que vem há uma previsão de se fazer um aumento de receita vendendo excedentes das ações da Copel e da Sanepar, conforme esta Casa aprovou, e se entendi corretamente, o senhor disse que pretendia fazer isso até o final do ano. A minha pergunta é: a Assembleia aprovou, com uma Emenda, que essas ações para serem vendidas deveriam ser com o valor patrimonial. O senhor acredita que o valor patrimonial da ação da Sanepar, por exemplo, será atingido em mercado até o final do ano, e o da Copel também?

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Da Sanepar, sim. Estamos estruturando a operação, já tem algumas instituições, quatro instituições financeiras contratadas pela Sanepar para estruturação dessa operação. As instituições financeiras contratadas nos dizem que o valor da ação chegará a um valor superior ao valor patrimonial, e acreditamos que iremos vender por um valor acima do valor patrimonial. O Estado não venderá nenhuma ação, seja ela da Copel ou da Sanepar, que tivemos autorização para isso, por um valor inferior ao valor patrimonial. No que se refere à Copel não temos a intenção de fazer a alienação agora, porque o valor patrimonial está muito diferente do valor de mercado. Estamos falando de um valor patrimonial da Copel de algo em torno de R\$ 53 por ação e temos um valor de mercado, valor negociado de Bolsa por ação, algo em torno de R\$ 23, R\$ 25. Então, não há a intenção de fazer agora ou a intenção de fazermos um processo de divulgação do patrimônio da Copel de tal forma que possamos aproximar mais o valor de mercado, o valor negociado em Bolsa com o valor patrimonial da Copel. Não há qualquer interesse em fazer por um valor inferior. Isso já tinha sido dito por diversas vezes, inclusive o Deputado Relator desta matéria consignou isso no Projeto que foi aprovado por esta Casa e há concordância do Governo do Estado em relação a essa questão.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Secretário, quando a Sanepar colocou à venda as suas ações, aliás, à venda não, fez a avaliação de suas ações por quatro Bancos, ela fez por fluxo de caixa descontado, em um mecanismo que discutimos muito aqui - discordamos dele, inclusive - mas naquela ocasião ele servia apenas como parâmetro. Como parâmetro e dito pelo Bradesco, pelo Credit Suisse, que foram dois Bancos - e me parece, não sei, se o Morgan ou um terceiro Banco que foi do BTG Pactual, dito inclusive nas explicações dos Bancos em caráter confidencial, obviamente reservado - que não recomendavam a compra daquelas ações por aquele valor porque não refletia o valor real da ação, dado que foi feito por fluxo de caixa descontado que não é um método utilizado e que não leva em conta os passivos. Por conta disso, pergunto para o senhor: se for isso, desculpe, mas não dá novamente, vão fazer com o Paraná, novamente, que o Paraná seja induzido a vender - eu não sei para quem - vocês pretendem vender isso em Bolsa? Por que quando o Presidente da Sanepar esteve aqui, duas vezes ele falou que esperava no ano da Copa do Mundo que tivéssemos duas janelas de oportunidades: uma em junho e outra em dezembro. Não aconteceu por conta da crise, inclusive. Ora, a crise se assentou em 2015, se assentou em 2016, as ações da Copel hoje estão em 6,24. Não vi hoje, mas estava em 6,24, 6,12, por aí. O valor patrimonial em torno de 9,70. O senhor acredita que é possível, com o estudo de Banco, fazer com que ele tenha 50% de valor para colocar no mercado e que o mercado compre por esse valor? Ou existe a possibilidade de a Sanepar fazer aquilo que já levantei, inclusive, a possibilidade aqui, uma negociação com uma outra estatal, que é a Copel, e negociar aquilo que não foi perguntado ao senhor, mas foi perguntado ao Líder do Governo, que seria justamente a negociação feita com a dívida que o Estado tem com a Copel, passando essas ações a 12,75 que era aquele valor, a meu ver, e obviamente que essa é uma visão muito pessoal, absolutamente artificial, apenas contábil, para que quitasse a dívida do CCR com a Copel?

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Acreditamos que vamos alienar as ações da Sanepar por valor superior ao valor patrimonial. Se não for assim...

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Em Bolsa, Secretário?

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Em Bolsa. Se não for assim não será vendido, mesmo porque só temos... Além de ser esta a intenção do Estado, isso hoje está expresso na Lei que foi aprovada por esta Casa. Não há possibilidade de venda por um valor inferior ao valor patrimonial. E é dessa forma que estamos trabalhando. E é dessa forma que os Bancos estruturadores da operação estão nos informando que será possível, porque estou recebendo a informação que as ações da Sanepar, hoje, em Bolsa, já estão em 8,56 e o valor patrimonial acho que é 9,05. Está bem próximo do valor patrimonial das ações. Então, acreditamos que de fato isso vai ocorrer e possibilitar que o Estado possa pegar esses recursos e aplicar em investimentos extremamente importantes. Quero lembrar aos senhores que esses investimentos, essa proposta de investimento desses recursos já está consignada



na proposta orçamentária que foi enviada a esta Casa. Então, é importante que os senhores analisem e verifiquem onde os recursos serão efetivamente aplicados.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Deputado Nereu Moura, o último orador inscrito.

**DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB):** Então, Sr. Secretário, os 4 bilhões que V.Ex. a disse no início do ano que iria aplicar, não vai conseguir? Na primeira vez que o senhor veio aqui na Casa. O Governador Beto Richa falou em 8 bilhões. Até agora, pelo que observei, dá 1 bilhão e pouco de aplicação. Copel e Sanepar seriam mais 3 bilhões, 4. Da sua previsão, então, esses recursos não serão investidos ou serão?

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Olha, até o mês de setembro, indo um pouquinho além dos números aqui, de agosto já tendo um número mais atualizado, já aplicamos, dos R\$ 8 bilhões, R\$ 4 bilhões, entre recursos das estatais e recursos provenientes do Tesouro.

**DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB):** Do Tesouro, quanto?

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Aproximadamente 50% dos recursos, aproximadamente não, 50% dos recursos previstos no orçamento já foram aplicados até o mês de setembro. A nossa expectativa é que possamos chegar bem próximo dos R\$ 8 bilhões previstos para o exercício de 2016. Quer dizer, ainda faltam ainda alguns meses para conclusão do exercício. Logicamente, ao final do exercício, há uma corrida maior em relação aos empenhos e, logicamente acreditamos que vamos chegar, se não alcançarmos os R\$ 8 bilhões, chegaremos bem próximos a eles. Mas já é um recorde em termos de investimentos do Estado. Imaginar que em oito meses o Estado já investiu R\$ 4 bilhões, nesse momento que vive o País, acho que é algo que devemos aplaudir. Aplaudir a todos, os senhores que propiciaram que o Estado gerasse esses recursos necessários e a população que está sendo aquinhoadada com todos esses investimentos.

**DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB):** O Estado investiu até agora 1 bilhão e, segundo as contas da Secretaria, 1 bilhão e 56 milhões. Para fechar os 3 bilhões e 800 previstos no orçamento terá que investir mais 2 bilhões e 700 até o final do ano. Isso quer dizer que o Estado tem dinheiro em caixa, então. Se V.Ex. a está dizendo que vai chegar aos 3 bilhões e 800, então o Estado tem o dinheiro para fazer investimento. Estou falando da administração direta. É essa afirmação que V.Ex. a está fazendo?

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Veja bem, quais são as fontes que estarão financiando esses investimentos? Alienação das ações da Copel e da Sanepar. Vamos fazer, este ano, as alienações das ações da Copel. As alienações de ativos, os depósitos judiciais são receitas extraordinárias, não são receitas ordinárias que estão financiando os investimentos, tanto deste ano quanto do exercício seguinte. Não existe possibilidade de remanejamento, "Ah, vou deixar de fazer investimento para pagar pessoal, encargos sociais ou para pagar fornecedor", não existe essa possibilidade. Até porque essas receitas como extraordinárias, são receitas de capital que não podem ser usadas nas receitas correntes sob pena de contrariar o disposto no art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Estamos trabalhando para que esses recursos possam ingressar e com isso concretizar a estimativa de investimento e dar a possibilidade de isso ocorrer e que possamos chegar o mais próximo possível dos 8 bilhões que estão previstos no orçamento.

**DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB):** Quando o senhor esteve aqui no primeiro quadrimestre, não tinha ainda a Lei que autorizava vender a Copel e a Sanepar, foi aprovada recentemente. Então, naquele momento que o senhor fez a afirmação dos 3 bilhões e 800 milhões de investimentos era um *chutômetro*?

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Não, porque já havia uma autorização dada em 2014 por esta Casa para alienação das ações da Sanepar, porém, eram apenas as ações preferenciais e não as ações ordinárias. Agora, nesta autorização que os senhores deram recentemente, inclui não só as ações preferenciais, mas também as ações ordinárias. Já havia essa autorização, tanto é que em 2014 a Sanepar tentou fazer uma operação de alienação dessas ações e não o fez porque a proposta chegou ao valor inferior ao valor patrimonial das ações.

**DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB):** Sim, entendi...

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Por isso que foi consignado no Orçamento deste ano a possibilidade de utilização dos recursos provenientes...

**DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB):** Mas não havia previsão na venda das ações ordinárias?

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Não ordinárias, mas as preferenciais, e que montam em aproximadamente R\$ 1 bilhão.

**DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB):** Nem da Copel, também não havia previsão de venda da Copel, só da Sanepar. Em algum momento V.Ex. a errou de fazer a afirmação.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Não errei, não! Você tinha as alienações das ações das ações da Sanepar, você tinha alienação das ações dos imóveis que foram aprovados por esta Casa, você tinha a alienação dos recebíveis que também foi aprovado por esta Casa. São todas essas operações financeiras que o Estado está fazendo e que darão lastro para que esses investimentos possam ser realizados na forma como foi previsto no Orçamento de 2016.

**DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB):** Outra questão, Secretário: bimestralmente a Secretaria da Fazenda publica o balanço orçamentário da receita e a LOA deste ano devia uma receita de R\$ 50 bilhões e 700 milhões. Porém, conforme os balancetes da Secretaria da Fazenda, a receita do Estado do Paraná para 2016, está prevista para R\$ 52 bilhões e 500 milhões. Ou seja, uma receita superior ao que está previsto na Lei Orçamentária. E, mesmo assim, ainda é necessário cancelar a reposição salarial dos servidores?

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** As receitas previstas no Orçamento de 2016, infelizmente, não vão se concretizar na forma prevista. Por quê? Primeiro porque tivemos uma redução significativa do PIB em 2015, outra redução em 2016, em um impacto efetivo na economia. Vamos arrecadar menos IPVA do que tínhamos previsto, vamos arrecadar menos ICMS que tínhamos previsto. São receitas ordinárias que serão menores do que aquelas previstas que, eventualmente, poderiam lastrear aumentos de despesa. Então, não é possível você assumir compromissos acima das possibilidades existentes. Não existe uma previsão de receita maior do que aquela inicialmente prevista, muito pelo contrário. As receitas que previmos no Orçamento nem todas irão ocorrer na forma como previmos, por conta da crise econômica por que passa o País.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):**

#### Projetos que necessitam de apoio

**Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.)** **Protocolo n.º 5.325/2016 (autuado sob o n.º 479/2016)**, do Deputado Hussein Bakri, que altera dispositivo da Lei n.º 14.984 de 28/3/2005, que dispõe que a localização, construção e modificações de revendedoras, conforme específica, dependerão de prévia anuência municipal e adota outras providências; **Protocolo n.º 5.326/2016 (autuado sob o n.º 480/2016)**, do Deputado Requião Filho, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições de ensino públicas e privadas comemorarem o *Dia Internacional da Família*, a se realizar anualmente em 15 de maio ou em data próxima; **Protocolo n.º 5.327/2016 (autuado sob o n.º 481/2016)**, do Deputado Tercilio Turini, que dispõe que o arquivo digital da Escrituração Fiscal Digital - EFD deve ser enviado até o dia 20 do mês seguinte ao de apuração.

#### **REQUERIMENTOS**

**Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências:** **Requerimento n.º 5.348/2016**, do Deputado Nereu Moura, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, requerendo a destinação de uma viatura policial para o Município de São Jorge do Oeste (3.º BPM); **Requerimentos n.ºs 5.328 e 5.329/2016**, do Deputado Paranhos, para envio de votos de congratulações: ao Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais do Paraná - Sinfito, em comemoração ao Dia do Fisioterapeuta, 13 de outubro; e ao Sindicato dos Corretores de Seguros do Paraná - Sincor/PR, em comemoração ao Dia do Corretor de Seguros, 12 de outubro; **Requerimentos n.ºs 5.330 a 5.336/2016**, do Deputado Paranhos, para o envio de votos de congratulações e regozijo pela comemoração de aniversário dos Municípios de: Santa Mariana, em 11 de outubro; Rio Branco do Sul, em 11 de outubro; Jataizinho, em 10 de outubro; Iporã, em 12 de outubro; Campo Mourão, em 10 de outubro; Cambé, em 11 de outubro; e Arapongas, em 10 de outubro; **Requerimento n.º 5.337/2016**, do Deputado Márcio Pacheco, solicitando a consignação nos Anais da Assembleia Legislativa de votos de congratulações e aplausos à Sra. Alvina Fogaça Bernardino pela sua contribuição no desenvolvimento do Município de Cascavel; **Requerimento n.º 5.347/2016**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando envio de votos de congratulações ao professor e advogado Sr. Ricardo Marcelo, pela sua eleição como novo Reitor da Universidade Federal do Paraná, em 29 de setembro; **Requerimentos n.ºs 5.361 e 5.362/2016**, do Deputado Elio Rusch, solicitando a consignação de votos de congratulações: ao *Jornal O Presente*, do Município de Marechal Cândido Rondon, pelo transcurso de seu Jubileu de Prata; e à Escola Estadual do Campo Margarida, da sede distrital de Margarida, no Município de Marechal Cândido Rondon, pela conquista da 7.ª colocação no Enem/2015; **Requerimentos n.ºs 5.338 a 5.346/2016**, do Deputado Luiz Carlos Martins, para o registro de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Lécya Carvalho Pereira, ocorrido em 10/9/2016; Solange Ester Galli, ocorrido em 13/9/2016; Paulo Alexandre Andre, ocorrido em 15/9/2016; Iracema Kuntze Trentin, ocorrido em 19/9/2016; Luiz Gastão Lau, ocorrido em 2/9/2016; Margarida de Lima Henequin, ocorrido em 2/9/2016; Maria Gracil Rodrigues, ocorrido em 1.º/9/2016; Mario Hornes, ocorrido em 19/9/2016; e Zacarias Martins Ribas, ocorrido em 19/9/2016; **Requerimentos n.ºs 5.349 a 5.360/2016**, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Constante Chemim; Carlos Alberto Souza; Adilson Feliciano da Silva; Adir Calixto Galdino; Luis Carlos Pozinak; Júlio Cesar de Oliveira; Sueli de Paula; Maria de Jesus Ribeiro da Rocha; Maria Lindamir de Paula Grabkoski; Ceres de Moraes Nowiski; Ivani dos Santos; e Janice Terezinha Lopes.

#### Requerimentos com despacho do Presidente:

**À Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências:** **Requerimento n.º 5.367/2016**, do Deputado Nelson Luersen, solicitando o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária de 24/10/2016 para ouvir o representante da classe que disporá sobre o lançamento da Campanha da *Semana Estadual da Saúde Bucal*.

**Justificativas de ausência:**

**Deferido conforme o art. 60, § 3.º, alínea “a” do Regimento Interno** (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 5.363/2016**, do Deputado Luiz Carlos Martins, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 3/10/2016.

**Deferidos conforme o art. 60, § 4.º do Regimento Interno** (o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência): **Requerimento n.º 5.364/2016**, do Deputado Paranhos, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 3/10/2016; **Requerimento n.º 5.365/2016**, do Deputado Márcio Pacheco, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 3/10/2016.

**Deferido: Requerimento n.º 5.366/2016**, do Deputado Márcio Pacheco, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 4/10/2016, em virtude de cancelamento de voo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Audiência Pública e a Sessão Ordinária, marcando outra Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 10 de outubro, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final do Projeto de Lei n.º 756/2015; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 233/2016; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 235/2016 e 488/2016; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 20/2015 e 653/2015.

“**LEVANTA-SE A SESSÃO**”. (Sessão encerrada às 16h41, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução n.º 1 de 1.º/3/2005, Regimento Interno.)

93477/2016

**Processo Legislativo****Comissões Especiais**

## REDAÇÃO FINAL

## ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO

## PEC Nº 12/2015

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se, na sala de reuniões anexa ao Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão Especial de Reforma da Constituição, sob a presidência do Deputado Nereu Moura, para apreciar a Redação Final da Proposta de Emenda Constitucional nº 12/2015 de autoria dos Deputados Schiavinato, Fernando Scanavaca, Rasca Rodrigues e Marcio Nunes, que “altera a redação do artigo 209, da Constituição do Estado do Paraná”. Constatada a existência do quórum necessário, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, passando a palavra ao senhor relator, Deputado Evandro Araújo, para que procedesse a leitura da Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição. Ato contínuo, seu texto foi submetido à discussão e votação pelo Senhor Presidente e aprovado por unanimidade, estando a Redação Final da Proposição em condições de ser remetida ao Senhor Presidente da Assembleia para ser incluída na Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião determinando a lavratura da presente Ata, que segue assinada por ele, pelo relator e pelos demais membros da Comissão Especial.

Deputado NEREU MOURA

Deputado EVANDRO ARAÚJO

Presidente

Relator

Deputado TIÃO MEDEIROS

Deputado MARCIO PACHECO

Membro Titular

Membro Titular

Deputado ANDRÉ BUENO

Membro Titular

93478/2016

**Editais e Contratos****EXTRATO DO SETIMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 021/2011****CONTRATANTE:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**CONTRATADA:** HIGI SERV LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**OBJETO:** Contratação de empresa para fornecer e executar serviços de limpeza, manutenção, copa, recepção, telefonia, portaria e conservação desta Assembleia.**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Acordam as partes em prorrogar o prazo por 06 (seis) meses a partir de 02 (dois) de outubro de 2016.**FORO:** Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

Concorrência 002/2011.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2016****OBJETO:** Contratação de assinaturas do jornal “Correio do Cidadão”, aquisição de 54 (cinquenta e quatro) exemplares, assinatura anual do periódico jornal, para esta casa de Leis.**CONTRATADO:** MGP COMUNICAÇÕES – EIRELI - ME – CNPJ: 10.846.416/0001-89**VALOR GLOBAL:** R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais).**Vigência:** Condicionada ao término do serviço.**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 33 e 35 da Lei Estadual nº. 15.608/2007.

Curitiba, 01 de setembro de 2016. PLAUTO MIRÓ - 1.º Secretário

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## RATIFICAÇÃO

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em favor do interessado abaixo relacionado, referente a empenho para Contratação de serviços de entrega de exemplares do Jornal Correio do Cidadão para Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em conformidade com o Artigo 33 e 35, da Lei Estadual nº. 15.608/2007.

Nº. Processo	Nome do proponente	Valor
Nº. 4538/2016	MGP COMUNICAÇÕES EIRELI - ME	R\$ 16.200,00

Curitiba, 01 de setembro de 2016. PLAUTO MIRÓ - 1.º Secretário

93482/2016

**Central de Atendimento ao Cliente - CAC**

A Central de Atendimento ao Cliente - CAC, foi criada visando o atendimento a todos os usuários do Sistema de Publicações Oficiais (ImprensaNet), seja ele vinculado ao governo estadual, prefeitura ou usuário particular.

Dúvidas quanto ao procedimento de envio e consulta de matérias, pagamentos e cópias autenticadas, podem ser sanadas de forma rápida e clara.

**41 3200.5002**  
Atendimento de segunda a sexta das 7h às 19h.

[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO